

Vaticano adverte grupo ultraconservador sobre risco de excomunhão após plano de novas ordenações sem autorização do Papa

Página 8



Destaques

A Máscara do Populismo e o Vale-Tudo Eleitoral do Governo Lula 3

Foto / Reprodução - Papa Leão XIV em aparição na Praça de São Pedro

E mais...

Página 7

TSE apresenta Pilili, a nova mascote oficial da urna eletrônica no Brasil



Página 1

Foto / Reprodução - Imagem mostra urna eletrônica usada em eleições no Brasil

TSE apresenta Pilili, a nova mascote oficial da urna eletrônica no Brasil



Foto / Reprodução - Imagem mostra urna eletrônica usada em eleições no Brasil

Por Tayla Vieira

Em uma iniciativa para celebrar as três décadas de história do sistema eletrônico de votação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou na última segunda-feira, 4 de maio, a mascote Pilili. O nome da personagem é uma referência direta ao som característico emitido pelo equipamento no momento em que o eleitor confirma o seu voto na cabine.

A apresentação oficial ocorreu durante um evento em Brasília, que marcou o aniversário de 30 anos da implementação da tecnologia no país. Segundo o tribunal, a criação da mascote faz parte de uma estratégia de comunicação para aproximar a Justiça Eleitoral da população, com um foco especial no público jovem e nos futuros eleitores.

Durante a cerimônia, a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, enfatizou a importância da urna para a democracia brasileira, destacando atributos como segurança, agilidade e o fato de o sistema ser totalmente auditável. A ministra aproveitou a ocasião para incentivar jovens de 15 a 17 anos a regularizarem sua situação eleitoral, reforçando que o voto é a ferramenta de representatividade do cidadão.

Além da estreia da Pilili, o evento contou com exposições sobre a evolução histórica das urnas, desde os primeiros modelos usados em 1996 até as versões atuais. Painéis informativos e vídeos institucionais foram exibidos para explicar que, ao contrário de informações falsas que circulam em redes sociais, o sistema brasileiro não é conectado à internet, o que impede ataques externos durante o processo de votação.

Com a chegada da nova mascote, o TSE espera humanizar a imagem do equipamento e fortalecer a confiança dos brasileiros no processo eleitoral, utilizando uma linguagem mais lúdica e acessível para combater a desinformação.

amil

Mais de 3,2 milhões de beneficiários em planos de saúde.

Mais de 2,6 milhões de beneficiários em planos odontológicos.

22 mil colaboradores espalhados pelo Brasil.

Sempre presentes onde e quando você precisar.

Nós somos a Amil.

E nos conectamos genuinamente para oferecer sempre o melhor para quem servimos.

Planos sob medida para você ou sua empresa.

Venha conhecer e fazer parte agora.

Amil: Nascemos para cuidar.

<https://amil.com.br>

O Marketing do Ridículo: Por que a Pilili e a Peleleca expõem a fragilidade da comunicação institucional no Brasil

Por Guilherme Kalel: Jornalista e Editor

O lançamento da Pilili, a nova mascote oficial da urna eletrônica apresentada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na última segunda-feira, 4 de maio, trouxe à tona um debate que vai muito além do design gráfico ou do som emitido pelo equipamento. O episódio evidencia como as estratégias de marketing institucional no Brasil sofrem de um descolamento crônico da realidade e do sentimento popular, muitas vezes beirando o infantilismo em temas de alta complexidade política.

A escolha do nome Pilili, segundo o tribunal, busca mimetizar o barulho da confirmação do voto. No entanto, em um ambiente digital altamente polarizado e marcado pelo cinismo, a recepção foi imediata: o nome virou alvo de piadas que o associam ao personagem Cebolinha, que troca o R pelo L, sugerindo uma incapacidade de pronunciar palavras de forma séria. Mas o problema ganha contornos de crise de imagem quando o nome é colocado lado a lado com um dos episódios mais constrangedores da história recente das investigações brasileiras: o caso da peleleca.

Para entender por que a Pilili está sendo usada para ridicularizar o país, é preciso recordar os diálogos extraídos pela Polícia Federal do celular do empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Em relatórios enviados à CPMI do INSS, a PF detalhou conversas de cunho íntimo entre Vorcaro e sua então namorada. Nesses diálogos, o termo peleleca era utilizado de forma infantilizada e repetitiva pelo casal para se referir a órgãos íntimos, em um contexto que misturava conversas amorosas com relatos sobre influências políticas em Brasília.

O vazamento dessas mensagens transformou um termo chulo e infantil em um símbolo da falta de liturgia e da promiscuidade entre o poder econômico e o ambiente político. Quando o TSE, poucos meses após esse escândalo, lança uma mascote chamada Pilili, a conexão no imaginário popular é instantânea. O marketing governamental, ao ignorar o repertório de memes e o contexto de escândalo que já habitava a mente do brasileiro, acaba por servir um prato cheio para a desmoralização das instituições.

O marketing institucional no Brasil precisa entender que a confiança não se constrói com bonecos sem voz que fazem gestos lúdicos, especialmente quando o sistema que eles representam é alvo de intensos questionamentos, sejam eles justos ou não. Ao investir milhões em uma figura como a Pilili, o Estado brasileiro comunica uma espécie de subestimativa da inteligência do eleitor.

Tratar temas sérios, como a segurança das urnas e o processo democrático, com nomes que remetem a apelidos íntimos de investigados pela PF ou a personagens de desenho animado, gera um efeito reverso: em vez de aproximar, cria um distanciamento baseado no deboche. O Brasil vive hoje o que especialistas chamam de marketing do ridículo, onde a tentativa de ser popular acaba soando como uma falta de seriedade institucional.

Se o objetivo era fortalecer a democracia, a estratégia de marketing falhou ao não prever que, no Brasil das redes sociais, um nome mal planejado não é apenas um detalhe, é uma arma para quem deseja ridicularizar o sistema. A lição que fica é que, enquanto o marketing público não abandonar a linguagem da peleleca e da Pilili para adotar uma comunicação que respeite a maturidade do cidadão, o país continuará sendo palco de uma comédia de erros paga com dinheiro público.

Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.

Editor Responsável da Agência Visionpress e do Jornal RS Connect.

E autor da Coluna Kalelvision.

MTB: 89344 / SP.

guilherme@visionpress.com.br

Visão do Fato: A Contradição Jurídica e o Poder Centralizado: A Polêmica da Dosimetria no 8 de Janeiro

Por Tayla Vieira

O cenário jurídico brasileiro atravessa um período de tensões sem precedentes, centralizado especialmente nas condenações relativas aos atos de 8 de janeiro. No cerne da mais recente controvérsia está o projeto de dosimetria das penas, uma tentativa de estabelecer critérios menos rígidos e proporcionais para o cálculo das punições impostas aos réus. No entanto, a decisão do ministro Alexandre de Moraes em barrar a aplicação de novos parâmetros nos processos em curso reacendeu o debate sobre os limites do poder judiciário e a preservação do Estado de Direito.

A dosimetria da pena é um princípio fundamental do Direito Penal que exige que a punição seja proporcional à gravidade do crime e à conduta específica de cada indivíduo. Críticos das atuais condenações argumentam que as sentenças aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal têm seguido um padrão genérico, muitas vezes ignorando as nuances entre quem efetivamente depredou patrimônio público e quem apenas estava presente na praça. O projeto de dosimetria visava justamente trazer uma régua técnica para evitar disparidades, mas encontrou um obstáculo intransponível na caneta de Moraes.

A recusa do ministro em aceitar revisões ou critérios externos de moderação nas penas é vista por diversos setores da sociedade e da advocacia como uma demonstração de autoritarismo. Ao concentrar em suas mãos a relatoria, a instrução e o julgamento definitivo, Moraes é acusado de conduzir os processos da suposta trama golpista com um rigor que ignora o devido processo legal tradicional. A crítica central reside no fato de que o magistrado parece atuar não apenas como juiz, mas como um inquisidor moderno, cujas decisões são irrecorríveis na prática.

O que se observa, sob a ótica de juristas críticos à atual condução do STF, é a formação de uma espécie de república paralela situada dentro da Praça dos Três Poderes. Nesse ecossistema jurídico particular, as normas constitucionais parecem ser adaptadas conforme a conveniência da manutenção da ordem que o próprio ministro define. Moraes estabeleceu-se como o líder incontestável dessa estrutura, onde o direito de defesa é mitigado e a vontade do relator se sobrepõe aos ritos processuais estabelecidos no Código de Processo Penal.

Ao impedir a aplicação de uma dosimetria mais transparente e questionar qualquer tentativa de balancear as penas, o Judiciário flerta com o perigo da vingança institucional em vez da justiça. A percepção de que existe um sistema de exceção criado especificamente para punir os envolvidos no 8 de janeiro fragiliza a confiança nas instituições. Quando um único magistrado detém o poder de ditar os rumos de centenas de vidas sem permitir o contraditório sobre os critérios de punição, a linha entre a proteção da democracia e o exercício do poder autocrático torna-se perigosamente tênue.

A manutenção dessa postura por Alexandre de Moraes sinaliza que, na república paralela por ele regida, a norma é a vontade do soberano, e a técnica jurídica da dosimetria é vista como uma ameaça à celeridade e ao exemplo punitivo que se deseja transmitir. O saldo é um sistema jurídico em crise, onde a justiça se confunde com o arbítrio de um só homem.

Stone:

Presente em mais de 4 milhões de negócios em todo o Brasil. O próximo pode ser o seu.

Venha para a Stone e garanta as melhores soluções na hora de vender e receber.

Capital de giro facilitado para sua empresa.

Taxas atrativas para débito e crédito.

Maquininha sem aluguel. Livre de burocracias.

Link de pagamentos para receber Online.

Pagamento por aproximação usando até o celular.

Temos as melhores soluções pensadas para fazer você crescer, não importa o tamanho de sua empresa.

E o atendimento mais ágil do país. São mais de 3700 agentes espalhados no Brasil para garantir eficiência no que a Stone oferece.

Atendimento em 5 segundos, porque seu negócio precisa de agilidade.

No Chat, no Whatsapp, no telefone. Não importa a forma que precise, estamos lá por você.

Acesse agora o site

<https://stone.com.br/>

e conheça nossas soluções.

Ou baixe o APP Stone e abra sua conta. Simples, rápido e prático.

Stone é tudo que seu negócio precisa pra vender, gerir e girar.



Brasil tem nova lei que define parâmetros para fabricação de chocolate



Foto / Reprodução - Imagem mostra uma plantação de cacau, principal composição para fabricação de chocolates

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma nova legislação que altera profundamente as regras de fabricação e comercialização de derivados de cacau no país. A partir de agora, para que um produto receba a denominação de chocolate no rótulo, ele precisará conter, no mínimo, 35% de sólidos totais de cacau em sua composição.

A medida visa garantir maior transparência ao consumidor e elevar o padrão de qualidade dos produtos nacionais. Antes da nova lei, as normas permitiam que itens com baixo teor de cacau e alta concentração de gorduras e açúcares fossem vendidos livremente como chocolate, o que gerava críticas de nutricionistas e produtores rurais.

Com a sanção, a indústria terá que se adaptar a novas categorias de classificação. Produtos que não atingirem o percentual mínimo de 35% deverão ser comercializados sob denominações como composto de chocolate ou alimento sabor chocolate, deixando claro ao comprador que se trata de um produto com menor concentração da fruta.

Para o chocolate amargo, as exigências são ainda mais rigorosas, visando preservar as propriedades antioxidantes e os benefícios à saúde associados ao consumo do cacau puro. A lei também estabelece critérios mais claros para o chocolate ao leite, que deve equilibrar a presença da massa de cacau com os derivados lácteos.

A nova legislação foi recebida com entusiasmo pelos produtores de cacau, especialmente nas regiões da Bahia e do Pará. O setor acredita que a exigência de maior teor de sólidos de cacau aumentará a demanda interna pela matéria-prima, incentivando o cultivo sustentável e a valorização do produtor brasileiro.

Além disso, a mudança coloca o Brasil em conformidade com padrões internacionais de qualidade, facilitando a exportação do chocolate fino brasileiro para mercados exigentes, como o europeu.

Especialistas em saúde apontam que a lei é um avanço para o combate à obesidade e doenças crônicas, uma vez que obriga a redução de ingredientes ultraprocessados para dar lugar ao cacau. O consumidor terá, a partir de agora, mais facilidade para identificar produtos mais nutritivos e com menos aditivos químicos.

As empresas do setor terão um prazo de transição para esgotar seus estoques atuais e adequar as embalagens e fórmulas às novas exigências legais. O descumprimento das normas poderá acarretar em multas e apreensão de mercadorias.

Lula sanciona lei que cria o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19

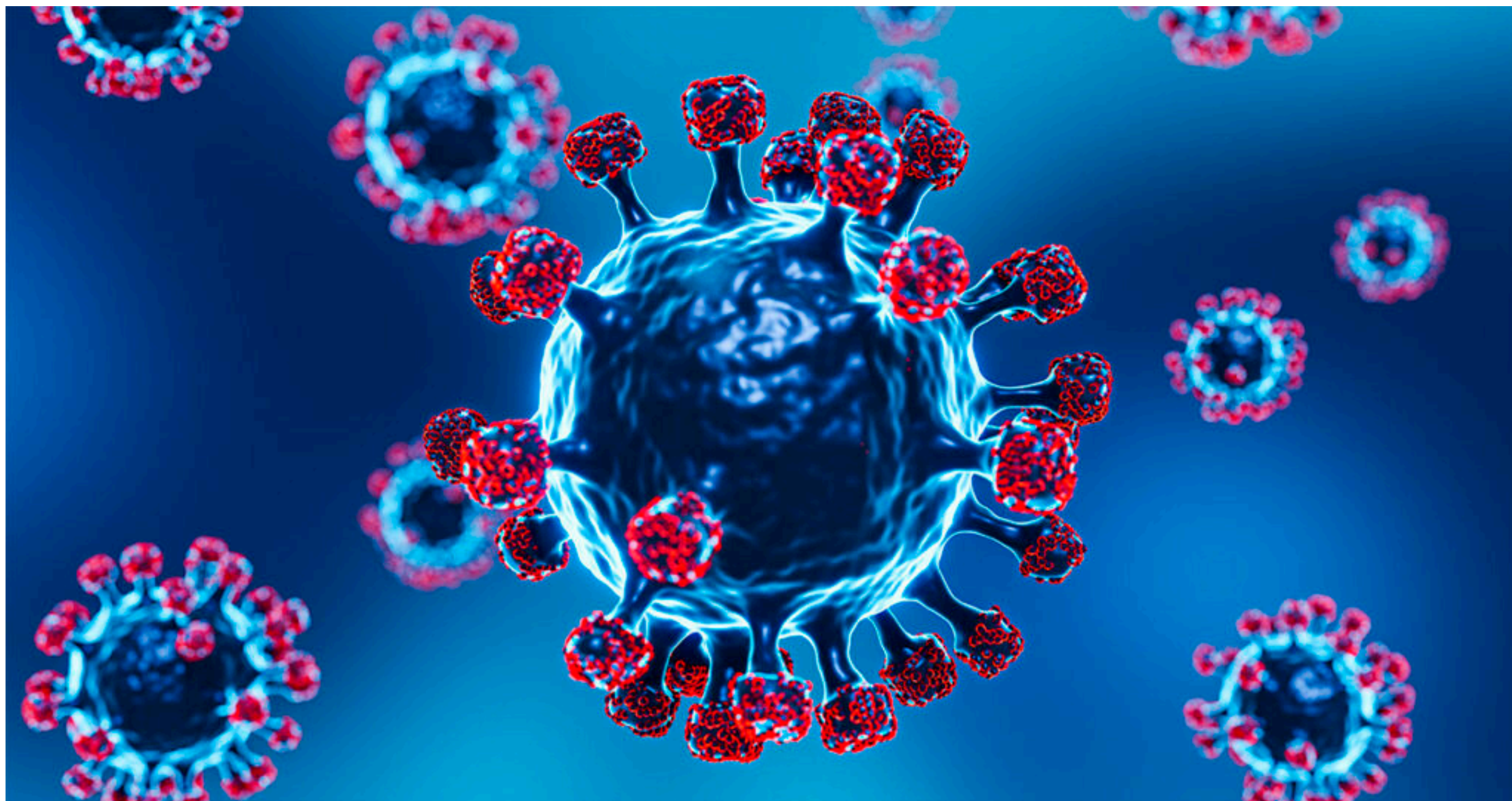


Foto / Reprodução - Imagem mostra o símbolo que representa o Covid-19

Por Guilherme Kalel e Tayla Vieira

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na segunda-feira, 11 de maio, a lei que institui o 12 de março como o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. A data escolhida faz referência ao dia em que foi registrada a primeira morte oficial pela doença no Brasil, em 2020. Durante a cerimônia realizada no Palácio do Planalto, Lula enfatizou que a preservação da memória é um passo fundamental para que a justiça seja feita e para evitar que o negacionismo apague a história das mais de 700 mil vidas perdidas.

Em um discurso marcado pela emoção e por críticas contundentes à gestão federal da época da pandemia, o presidente afirmou que o país foi levado a um sacrifício desnecessário. Segundo Lula, se as orientações científicas tivessem sido seguidas, ao menos 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. O presidente ressaltou que a criação desta data não é apenas uma homenagem, mas um compromisso com a verdade histórica. "Só tem sentido a gente criar alguma coisa para lembrar o passado, se a gente conseguir cravar o nome dos responsáveis", declarou.

A cerimônia contou com a presença de autoridades como o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o deputado federal Pedro Uczai, autor do projeto de lei. O evento deu voz a relatos dolorosos de familiares, como o de uma filha que perdeu a mãe para a doença e destacou a importância de nunca esquecer a falta de incentivo ao uso de máscaras e o atraso na compra de vacinas.

O governo também anunciou a criação de um memorial permanente no Centro Cultural do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro. O objetivo é transformar a dor em uma ferramenta de conscientização, garantindo que as gerações futuras entendam o impacto da desinformação e da negligência na saúde pública brasileira. Como parte das ações, homenagens simultâneas foram promovidas em diversas capitais, incluindo projeções no Congresso Nacional, em Brasília, e no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

Com a sanção desta lei, o 12 de março passa a integrar o calendário oficial do país como um dia de reflexão, denúncia contra o negacionismo e, sobretudo, de solidariedade aos órfãos e sequelados pela maior crise sanitária da história recente do Brasil.

As visualizações dos vídeos serão armazenadas no Histórico do YouTube. Além disso, seus dados serão armazenados e usados pelo YouTube de acordo com os Termos de Serviço da plataforma.

UNINTER



Uninter: Seja o que você quiser, com a melhor EAD do Brasil

Mais de 1 milhão de alunos.

Mais de 800 polos espalhados pelo Brasil.

Vencedora 5 vezes do prêmio Reclame Aqui de melhor atendimento.

Venha ser o que você quiser com a Educação Uninter!

A Uninter vai ajudar você a transformar sua carreira. Cursos com conceito alto no MEC e mensalidades que cabem no seu bolso. Venha para o maior e melhor centro universitário do Brasil.

Graduação;

Pós-graduação;

Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

Comece a estudar agora com nossas opções de bolsas e financiamentos.

Bolsa Enem;

Prouni;

Bolsa ENCCEJA;

FIES;

Crédito Educacional Fundacred.

Só na Uninter você chega onde quer chegar.

Inscreva-se agora acessando nosso site, e entrando em contato conosco:

<https://uninter.com>

Crise no agro: Brasil é excluído da lista de autorizados a exportar carne e produtos de origem animal para a União Europeia



Foto / Reprodução - Imagem mostra bandeira da União Europeia

Por Guilherme Kalel: Jornalista e Editor

a União Europeia publicou uma lista atualizada de países autorizados a exportar carnes e produtos de origem animal para o bloco, e o Brasil não consta na relação de nações alinhadas às novas exigências sobre o uso de antimicrobianos. A decisão coloca em risco uma fatia importante do comércio exterior brasileiro e deve entrar em vigor plenamente em setembro.

O motivo central da exclusão seria o descumprimento ou a falta de comprovação de critérios rigorosos adotados pelos europeus quanto ao uso de medicamentos em animais de produção. O bloco tem endurecido as regras para combater a resistência bacteriana, proibindo a importação de produtos de países que utilizam certos tipos de antimicrobianos para acelerar o crescimento ou que não possuem sistemas de monitoramento equivalentes aos padrões europeus.

Embora o volume de carne bovina enviado à União Europeia represente atualmente cerca de 4 por cento das exportações totais do Brasil nesse segmento, o impacto financeiro é relevante. Estimativas indicam que o país pode deixar de arrecadar quase 2 bilhões de dólares caso o impasse não seja resolvido rapidamente. A Europa é conhecida por ser um mercado de alto valor agregado, adquirindo cortes nobres que rendem margens maiores aos frigoríficos brasileiros.

Entidades do setor e representantes do governo brasileiro afirmam que o país cumpre as exigências sanitárias e que possui sistemas de controle robustos. O argumento é que existe uma segregação de rebanhos para atender mercados específicos, como já ocorre com a exigência sobre o hormônio estradiol.

O anúncio surge em um momento delicado, logo após o início da vigência provisória de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia em maio. Enquanto o Brasil identificava centenas de novos produtos com potencial de venda para países como a Espanha, essa barreira sanitária cria um obstáculo inesperado.

O Ministério da Agricultura e a diplomacia brasileira devem intensificar as conversas com as autoridades em Bruxelas para tentar reverter a exclusão antes do prazo final de setembro. O objetivo é demonstrar que os protocolos brasileiros de vigilância sanitária são equivalentes aos exigidos, garantindo a segurança alimentar dos consumidores europeus e a continuidade do fluxo comercial de um dos pilares da economia nacional.

Liberdade de Opinião: A Máscara do Populismo e o Vale-Tudo Eleitoral do Governo Lula 3



Foto / Reprodução - Jornalista
Guilherme Kalel

Por Guilherme Kalel
Jornalista e editor

O cenário político brasileiro assiste, em 2026, a um espetáculo de conveniência que beira o escárnio. Após anos de uma gestão marcada por incertezas econômicas e aumento da carga tributária, o governo Lula 3 parece ter finalmente encontrado a solução para todos os problemas do país: a proximidade das urnas. O que vemos hoje não é planejamento de Estado, mas uma operação de guerra focada na manutenção do poder. De forma velada e descarada, medidas que antes eram tratadas como impossíveis ou tecnicamente inviáveis surgem agora como "presentes" de um governo que busca desesperadamente a reeleição.

A mais recente e ruidosa cartada é o fim da chamada taxa das blusinhas. É preciso ter memória curta para não lembrar que foi este mesmo governo que, há 2 anos, implementou e defendeu a taxa sobre importações de pequeno valor sob o argumento da proteção da indústria nacional. Agora, num passe de mágica e com o calendário eleitoral batendo à porta, o imposto deixa de existir. Onde está a responsabilidade fiscal ou o compromisso com o setor varejista nacional? Foram atropelados pela necessidade de recuperar a popularidade entre os jovens e as classes C e D, principais consumidores dessas plataformas.

O pacote de bondades se estende à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 e à intervenção direta na jornada de trabalho para o fim da escala 6x1. São pautas legítimas e anseios antigos da população, mas a forma como são despejadas no colo do eleitor a poucos meses do pleito revela o caráter meramente eleitoral. É a utilização do desespero e da necessidade do trabalhador como moeda de troca. O governo utiliza subterfúgios para transformar o que deveria ser política pública estruturada em um imenso balcão de negócios por votos.

No campo da segurança, o anúncio tardio de R\$ 11 bilhões para o combate ao crime organizado soa como uma confissão de culpa pela omissão anterior. Durante quase todo o mandato, a segurança pública foi tratada com desdém ou transferida como responsabilidade exclusiva dos estados. Agora, diante da percepção de insegurança que corrói a imagem do Presidente, o dinheiro surge em abundância. Da mesma forma, a tentativa de zerar as filas do INSS a qualquer custo, com a troca estratégica da presidência da autarquia, parece ignorar as graves denúncias de descontos indevidos em benefícios. Em vez de uma limpeza ética, o governo opta por jogar a sujeira para baixo do tapete em troca de números positivos na televisão.

Enquanto isso, a realidade econômica fora das peças de propaganda é preocupante. A inflação volta a dar sinais de descontrole, corroendo o poder de compra que as próprias isenções fingem proteger. O país vive um equilíbrio fiscal frágil, sustentado por medidas que podem cobrar um preço altíssimo já no início de 2027. O aumento do gasto público sem contrapartida de produtividade é o combustível para crises futuras que, convenientemente, só estourarão após o fechamento das urnas.

O cidadão brasileiro precisa despertar para o poder de manipulação dessas ações. Aceitar medidas de alívio momentâneo em troca da entrega do futuro do país é um erro que já custou caro ao Brasil em outras eras de populismo desenfreado. É necessário analisar os candidatos pela solidez de suas propostas e pela coerência de sua trajetória, e não por benefícios concedidos no "apagar das luzes" do mandato. A democracia não pode ser comprada com isenção de taxas ou promessas de última hora. O voto é a nossa única defesa contra quem enxerga a população não como cidadãos a serem servidos, mas como números a serem manipulados para a perpetuação de um projeto de poder.

Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.
Editor Responsável da Agência Visionpress
e do Jornal RS Connect.

MTB: 89344 / SP

guilherme@visionpress.com.br

neon

Abrir uma conta digital não precisa ser um bicho de sete cabeças. Se você está cansado de taxas escondidas e burocracia, o Neon foi feito para facilitar sua vida.

Você ainda paga taxas só para ter uma conta no banco? Tá na hora de mudar para o Neon, o banco digital que fala a sua língua e não esconde nada de você.

Por que abrir sua conta agora?

- * Zero Anuidade: Cartão de crédito e débito sem taxas abusivas.

- * Investimento Fácil: Seu dinheiro rende mais que a poupança com o CDB Neon.

- * Tudo no App: Resolva sua vida financeira em poucos cliques, sem filas e sem estresse.

- * Controle Total: Saiba exatamente para onde vai cada centavo com ferramentas simples de organização.

É rápido, é seguro e é digital.

Baixe o app, faça seu cadastro em menos de 5 minutos e comece a viver uma relação mais leve com o seu bolso.

<https://neon.com.br>

Vaticano adverte grupo ultraconservador sobre risco de excomunhão após plano de novas ordenações sem autorização do Papa



Foto / Reprodução - Papa Leão XIV em aparição na Praça de São Pedro

O Vaticano emitiu um alerta rigoroso contra a Fraternidade São Pio X, um grupo católico dissidente conhecido por suas posições ultraconservadoras. A Santa Sé ameaçou aplicar a pena de excomunhão caso a organização prossiga com o plano de ordenar 9 bispos sem a devida autorização do papa Leão XIV. Esta é a primeira vez que o atual pontífice utiliza a ameaça da punição mais severa da Igreja para conter um possível movimento de ruptura que desafia a unidade católica.

A Fraternidade Sacerdotal São Pio X foi fundada em 1970 pelo arcebispo francês Marcel Lefebvre. O movimento surgiu como uma resposta de resistência às reformas do Concílio Vaticano II, que Lefebvre e seus seguidores consideravam uma rendição da Igreja ao modernismo e ao liberalismo. Inicialmente aprovada como uma união piedosa de sacerdotes na Suíça, a fraternidade perdeu seu status canônico oficial em 1975, após divergências crescentes com Roma. O ponto de ruptura definitiva ocorreu em 1988, quando Lefebvre consagrou quatro bispos sem o mandato papal, gerando a excomunhão automática dos envolvidos por ordem do então papa João Paulo II.

Desde 2018, a Fraternidade São Pio X é presidida pelo Padre Davide Pagliarani, que ocupa o cargo de Superior Geral. Pagliarani, de origem italiana, tem mantido uma linha de fidelidade absoluta aos princípios fundadores de Lefebvre, priorizando a preservação da tradição em detrimento de concessões doutrinárias solicitadas pelo Vaticano. Sob sua liderança, o grupo continua a expandir sua presença global, contando atualmente com centenas de sacerdotes e priorados em diversos continentes.

A doutrina central da fraternidade é a defesa da Tradição Católica conforme interpretada antes das reformas de 1960. Suas principais regras e crenças incluem:

Missa Tridentina: Celebração exclusiva da missa em latim, seguindo o missal de 1962.

Rejeição do Ecumenismo: O grupo critica o diálogo inter-religioso e a liberdade religiosa conforme proposta pelo Vaticano II, defendendo que a Igreja Católica é a única via de salvação.

Independência Canônica: Embora afirmem reconhecer a autoridade do Papa, agem com autonomia administrativa e jurídica, alegando um estado de necessidade para a sobrevivência da fé.

Para aqueles que desejam seguir a vida religiosa nesta ordem, o caminho é rigoroso e focado na formação tradicional. O processo geralmente envolve:

Discernimento Vocacional: Contato com um priorado local para acompanhamento espiritual.

Seminário: Ingresso em um dos seminários da fraternidade, como os localizados em Ecône na Suíça ou La Reja na Argentina. A formação sacerdotal dura cerca de 6 anos e foca profundamente em latim, filosofia escolástica e teologia tomista.

Vida de Oração: Os membros seguem uma rotina de vida em comum, pautada pelo silêncio, pela oração do Breviário Romano e pela celebração diária da missa antiga.

O papa Leão XIV, sucessor de Francisco, tem adotado uma postura de diálogo, mas com limites claros quanto à autoridade papal. Conhecido por seu perfil conciliador e progressista, o novo pontífice vê na insistência da fraternidade em realizar ordenações independentes uma ameaça direta aos pilares da Igreja, especialmente à sucessão apostólica e à colegialidade.

Leão XIV argumenta que a unidade da Igreja não pode ser negociada e que a autonomia pretendida pelo grupo ultraconservador fere a estrutura hierárquica estabelecida desde os apóstolos. Ao ameaçar com a excomunhão, o Papa reforça que não permitirá a criação de uma estrutura paralela que ignore as decisões dos concílios ecumênicos, sinalizando que a obediência ao sucessor de Pedro é um requisito não negociável para a plena comunhão católica.

Entre Leis e Laços: Por Roberta Pedro



O que acontece com nossas redes sociais quando partimos?

O avanço das tecnologias de comunicação trouxe consigo um novo desafio jurídico e social: o destino das chamadas “memórias virtuais” após a morte de seus titulares. Perfis em redes sociais, mensagens em aplicativos e conteúdos armazenados em nuvem passaram a compor um patrimônio imaterial que, embora não esteja previsto de forma clara na legislação brasileira, desperta debates intensos entre familiares, juristas e empresas de tecnologia.

No mundo hiper conectado, até a morte deixou de ser um ponto final. Perfis em redes sociais, mensagens em aplicativos e arquivos em nuvem permanecem ativos, levantando a questão: quem deve ter acesso às memórias virtuais de um ente querido? Entre o direito à privacidade e a preservação da memória, o Brasil ainda carece de uma lei específica. Enquanto isso, plataformas oferecem soluções parciais, como transformar perfis em memoriais ou permitir exclusão mediante comprovação de óbito. O desafio é equilibrar intimidade e patrimônio, garantindo que o legado digital seja tratado com a mesma dignidade que os bens materiais.

A ausência de lei específica:

O Código Civil brasileiro não contempla, até o momento, regras sobre bens digitais. Projetos de lei em tramitação, como o PL 4/2025 e o PL 2.664/2021, buscam regulamentar a chamada “herança digital”, mas ainda não foram aprovados. Em decisão recente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a figura do *inventariante digital*, estabelecendo diretrizes inéditas para diferenciar bens patrimoniais (como criptomoedas, canais monetizados e ativos digitais com valor econômico) de bens pessoais (mensagens, fotos e perfis em redes sociais).

Políticas das plataformas:

Enquanto o legislador não define parâmetros, as próprias plataformas têm criado mecanismos para lidar com a questão:

Facebook e Instagram: permitem transformar perfis em memoriais ou excluir contas mediante comprovação de óbito. O usuário pode, em vida, indicar um “contato herdeiro” para administrar o perfil.

Google: oferece o “Gerenciador de Contas Inativas”, que possibilita definir contatos de confiança ou optar pela exclusão automática após determinado período.

Apple: criou o recurso “Contato de Legado”, que concede acesso a dados do iCloud mediante chave de segurança e atestado de óbito.

Essas soluções, embora relevantes, ainda não substituem a necessidade de uma regulamentação uniforme.

Os prós e contras do acesso:

Vantagens:

Preservação da memória: fotos e mensagens podem ser guardadas como lembrança familiar.

Proteção patrimonial: ativos digitais com valor econômico podem ser incorporados ao espólio.

Prevenção de fraudes: contas abandonadas podem ser alvo de golpes, e o acesso dos herdeiros evita esse risco.

Desvantagens:

Violação da privacidade: mensagens íntimas podem expor segredos do falecido ou de terceiros.

Conflitos familiares: divergências sobre quem deve ter acesso podem gerar litígios.

Insegurança jurídica: sem norma clara, decisões ficam sujeitas à interpretação judicial.

Caminhos possíveis:

O Brasil vive um vácuo normativo sobre a herança digital. A solução mais equilibrada parece ser a combinação de três medidas:

Legislação clara: definir quais bens digitais

são transmissíveis e quais devem permanecer intransmissíveis.

Manifestação prévia do usuário: permitir que cada pessoa escolha, em vida, se deseja transformar sua conta em memorial, excluir ou transmitir aos herdeiros.

Ferramentas das redes sociais: ampliar opções de configuração, tornando obrigatório o convite para que o usuário defina o destino de suas contas.

Hoje, o usuário pode decidir em vida sobre o destino de suas memórias virtuais de duas formas principais:

Documentos formais:

Testamento tradicional: é possível incluir cláusulas sobre bens digitais, indicando se perfis devem ser excluídos, transformados em memoriais ou entregues a herdeiros.

Testamento digital: alguns cartórios já aceitam disposições específicas sobre contas virtuais, criptomoedas e arquivos em nuvem.

Declaração em vida: pode ser feita por escritura pública ou documento particular registrado, garantindo maior segurança jurídica.

Esses instrumentos têm força legal e podem ser usados em inventário, evitando disputas familiares.

Configurações nas plataformas:

Facebook/Instagram: permitem indicar um “contato herdeiro” ou optar por transformar o perfil em memorial.

Google: oferece o “Gerenciador de Contas Inativas”, onde o usuário define contatos de confiança ou exclusão automática.

Apple: disponibiliza o “Contato de Legado”, que dá acesso ao iCloud mediante chave e atestado de óbito.

WhatsApp: não possui recurso específico, mas a conta pode ser desativada mediante comprovação de óbito.

Essas opções são práticas e imediatas, mas têm limites: não abrangem todos os bens digitais e dependem das regras internas de cada empresa.

CONCLUSÃO:

O caminho mais seguro é combinar as duas estratégias: registrar em documento formal a vontade sobre bens digitais e, paralelamente, configurar as opções oferecidas pelas plataformas. Assim, o usuário garante que sua decisão seja respeitada tanto no âmbito jurídico quanto tecnológico.

A herança digital é um tema que exige reflexão profunda. Entre o direito à memória e a proteção da privacidade, há um espaço que precisa ser preenchido por normas jurídicas e por políticas tecnológicas mais transparentes. Enquanto isso não ocorre, cabe ao usuário decidir, em vida, o destino de suas memórias virtuais. Afinal, no mundo conectado em que vivemos, até mesmo o legado precisa ser planejado.

Mudanças Bruscas de Temperatura Elevam Risco de Crises Respiratórias

Por João Paulo Lima

As variações repentinas de temperatura, típicas de períodos de transição climática, acendem um alerta para a saúde pública. Especialistas advertem que a instabilidade no clima reduz as defesas naturais do organismo, facilitando o surgimento de infecções e o agravamento de doenças respiratórias crônicas.

), as mudanças térmicas afetam diretamente a fisiologia nasal. O corpo sofre uma espécie de dano em suas barreiras protetoras, permitindo que vírus e outros patógenos se instalem com maior facilidade no sistema respiratório.

Pacientes que sofrem com rinite não alérgica são os que mais sentem o impacto imediato. Nesses casos, além do frio, fatores como o cheiro de fumaça e perfumes fortes podem causar o entupimento das vias nasais. A variação térmica também altera impulsos nervosos que provocam a congestão nasal.

Em ambientes fechados e secos, a incidência de sinusite e crises de rinite tende a aumentar significativamente. Com a queda da temperatura, o nariz perde parte de sua capacidade de aquecer e umidificar o ar inspirado, o que abre caminho para gripes, resfriados e até quadros mais graves de laringite.

Para minimizar os riscos, é importante seguir uma lista de recomendações, simples porém essenciais.

Hidratação constante: Beber água ajuda a manter a saúde das mucosas nasais.

Lavagem nasal: O uso de soro fisiológico 0,9% de uma a quatro vezes por dia é fundamental para remover alérgenos, poeira e fluidificar secreções.

Umidificação do ambiente: Manter o ar úmido ajuda o nariz, mas deve-se evitar o excesso para não favorecer o aparecimento de mofo e ácaros.

Uso de géis específicos: Em ambientes extremamente secos, como aviões, géis de hidratação nasal podem ser aliados importantes.

Crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas como asma e DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica) devem receber atenção redobrada. Além dos cuidados de higiene, recomenda-se evitar aglomerações e ambientes sem ventilação adequada, onde a circulação viral é maior.

Manter uma alimentação equilibrada e uma rotina de sono regular também fortalece o sistema imunológico contra as agressões externas do clima. Diante de sintomas como tosse persistente, febre ou chiado no peito, a busca por orientação médica imediata é indispensável.

João Paulo Lima é médico generalista e escreve a Coluna para a Revista Visionpress.

Gosta do trabalho da Agência Visionpress? Então contribua conosco e ajude a fortalecer a nossa missão. Todos os dias, o compromisso de informar com verdade e transparência é o que nos move, pois acreditamos que a informação de qualidade melhora a vida das pessoas.

Acesse <https://visionpress.com.br/contribua> e venha contribuir com nosso trabalho.

Quer ser um anunciante?

Acesse <https://visionpress.com.br/anuncie> e saiba como anunciar conosco.



Com o Mercado Livre você pode comprar e vender de tudo.

Baixe o APP ou acesse <https://mercadolivre.com.br> e comece agora mesmo a comprar ou vender.

Seja o que precisar, a plataforma tem a melhor opção para te atender.



Os melhores fones de ouvido e as melhores caixas de som, só a JBL tem.

Desenvolvemos o melhor para te proporcionar os melhores momentos com quem mais gosta, ou fazendo o que mais gosta de fazer em nossa companhia.

<https://jbl.com.br> compre direto em nosso site e garanta produtos oficiais.

SAMSUNG

Smartphones, Tablets, Maquinas de lavar, refrigeradores ou TV.

Seja qual for sua necessidade, a **Samsung** tem o produto perfeito para você.

Acesse <https://samsung.com> e conheça nossa linha completa. Adquira agora o seu Samsung dotado da mais alta tecnologia e praticidade.

Expediente

Revista Visionpress

Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.

O mensageiro da notícia.

MTB: 89344 / SP.

Diagramação: Adriana Rodrigues.

Equipe de Reportagem e Colunistas:

<https://visionpress.com.br/equipe>

Levar a informação precisa e de credibilidade, da forma como ela acontece, seja ela qual for.

Com liberdade para informar, opinião sem medo da verdade, compromisso de sempre com o leitor.

Essa é a Agência Visionpress, que através de sua Revista Digital, trás tudo aquilo de mais importante e relevante que acontece no Brasil e no mundo, e que você precisa saber.

Além de suas revistas, a Agência ainda publica seu Portal Orconvision:

<https://Visionpress.com.br>

E o Podcast Libercast: <https://visionpress.com.br/Libercast>

Informação é o que nos move, e nunca paramos de apurar para trazer tudo ao seu conhecimento.

Veja mais sobre nossa equipe e sobre nossa Agência:

<https://visionpress.com.br/quem-somos>

Projetos sociais

Nossa Agência sabe da importância de se ajudar e melhorar a vida das pessoas.

Por isso nos dedicamos a ações que promovem isto, através de nosso Instituto de Projetos sociais.

Conheça o Unisa - União Pela Inclusão Saúde e Acessibilidade:

<https://visionpress.com.br/instituto-unisa>

Para críticas, sugestões, denúncias ou maiores informações.

Entre em contato conosco:

jornalismo@visionpress.com.br

<https://t.me/guilhermekalel>

<https://wa.me/5516989990050>

Agência Visionpress: Liberdade para informar - Opinião sem medo da verdade.

CNPJ: 60351363000101

Todos os direitos reservados.

Proibida reprodução sem citação e autorização a fonte.